



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

24/06/2015 ATÉ 24/06/2015



INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 IMIRANTE.COM.....	1
	1.2 SITE O QUARTO PODER.....	2
2	CONVÊNIOS	
	2.1 BLOG JEISAEL.COM.....	3
	2.2 PORTAL VERMELHO.....	4
	2.3 SITE AGORA SANTA INÊS.....	5
	2.4 SITE CENTRAL DE NOTÍCIAS.....	6
	2.5 SITE O QUARTO PODER.....	7 8
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG DO NETO FERREIRA	9
	3.2 IMIRANTE.COM.....	10
	3.3 SITE IDIFUSORA.....	11
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG JOHN CUTRIM.....	12
	4.2 BLOG JORGE ARAGÃO.....	13
	4.3 BLOG LUÍS CARDOSO.....	14 15
5	ESMAM	
	5.1 SITE CNJ.....	16
6	POSSE	
	6.1 BLOG DANIEL MATOS.....	17
	6.2 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	18
	6.3 BLOG DO NETO FERREIRA	19
	6.4 BLOG JORGE ARAGÃO.....	20
	6.5 BLOG LUÍS CARDOSO.....	21
	6.6 BLOG LUÍS PABLO.....	22
	6.7 BLOG ZECA SOARES.....	23
	6.8 IMIRANTE.COM.....	24
	6.9 O IMPARCIAL ONLINE.....	25
7	SEGURANÇA	
	7.1 SINDJUS.....	26
8	SERVIDOR PÚBLICO	
	8.1 SINDJUS.....	27
9	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	9.1 IMIRANTE.COM.....	28

Tyrone José Silva é o novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

Novo desembargador, Tyrone Silva, tomou posse no gabinete da Presidência do TJ logo após ser eleito

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu em sessão administrativa nesta quarta-feira (24) o juiz Tyrone José Silva (4ª Vara Cível) para o cargo de desembargador. Após a eleição, o novo desembargador prestou juramento e assinou o termo de posse e exercício no cargo.

Tyrone Silva encabeçou a lista tríplice dos candidatos mais pontuados na votação aberta, nominal e fundamentada, com 2.139 pontos, sendo seguido pelos juízes Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), com 2.127, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), com 2.117.

A escolha do novo integrante do Pleno se deu pelo critério de merecimento e o magistrado vai preencher a vaga aberta no colegiado com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo. Os desembargadores avaliaram e pontuaram a trajetória do candidato quanto aos critérios técnicos de desempenho; produtividade; presteza no exercício da jurisdição; aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta.

O Regimento Interno do TJMA torna obrigatória a nomeação do magistrado que constar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento. Como os juízes Tyrone Silva e José Jorge Figueiredo já haviam integrado a lista por duas vezes, foi eleito o mais votado, restando ao terceiro colocado aguardar a oportunidade de nova vaga para acessar o cargo.

Também concorreram à eleição os juízes de entrância final: Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

Posse

Encerrada a sessão, o Tyrone Silva compareceu à presidência do TJMA acompanhado da esposa, Sônia Wernz e do filho Bruno César. Diante da presidente em exercício do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, prestou juramento e assinou o termo de compromisso, posse e exercício no cargo.

"Agradeço a todos os membros que votaram em nosso nome e que trabalharam para que a nossa caminhada tivesse sucesso, aos servidores que estiveram na torcida quando estávamos postulando o cargo, e a Deus, por nos ter permitido chegar a esse ponto. Estamos aqui para servir e defender a lei, o direito e a Justiça", disse o novo desembargador.

A presidente em exercício deu as boas-vindas ao novo integrante do TJMA e disse estar certa de que o novo desembargador chega para "somar para elevar, ainda mais, o nome do Judiciário do Maranhão".

Compareceram à solenidade de posse a corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney; os desembargadores Jamil Gedeon, José Bernardo, Graça Duarte, Raimundo Barros, Marcelino Ewerton e Ricardo Duailibe; os juízes Osmar Santos, diretor do fórum de São Luís; Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais; Mário Márcio, José Américo, Francisca Galiza e Oriana Gomes - auxiliares da Corregedoria -; o deputado estadual Edilázio Júnior, e o conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Município, Ronald

Sarney, dentre outras autoridades.

Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão

Tyrone José Silva é eleito desembargador do TJ/MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu em sessão administrativa nesta quarta-feira (24) o juiz Tyrone José Silva (4ª Vara Cível) para o cargo de desembargador. Após a eleição, o novo desembargador prestou juramento e assinou o termo de posse e exercício no cargo.

Tyrone Silva encabeçou a lista tríplice dos candidatos mais pontuados na votação aberta, nominal e fundamentada, com 2.139 pontos, sendo seguido pelos juízes Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), com 2.127, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), com 2.117.

A escolha do novo integrante do Pleno se deu pelo critério de merecimento e o magistrado vai preencher a vaga aberta no colegiado com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo. Os desembargadores avaliaram e pontuaram a trajetória do candidato quanto aos critérios técnicos de desempenho; produtividade; presteza no exercício da jurisdição; aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta.

O Regimento Interno do TJMA torna obrigatória a nomeação do magistrado que constar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento. Como os juízes Tyrone Silva e José Jorge Figueiredo já haviam integrado a lista por duas vezes, foi eleito o mais votado, restando ao terceiro colocado aguardar a oportunidade de nova vaga para acessar o cargo.

Também concorreram à eleição os juízes de entrância final: Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

POSSE - Encerrada a sessão, o Tyrone Silva compareceu à presidência do TJMA acompanhado da esposa, Sônia Wernz e do filho Bruno César. Diante da presidente em exercício do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, prestou juramento e assinou o termo de compromisso, posse e exercício no cargo.

"Agradeço a todos os membros que votaram em nosso nome e que trabalharam para que a nossa caminhada tivesse sucesso, aos servidores que estiveram na torcida quando estávamos postulando o cargo, e a Deus, por nos ter permitido chegar a esse ponto. Estamos aqui para servir e defender a lei, o direito e a Justiça", disse o novo desembargador.

Justiça condena ex-prefeito de Formosa da Serra Negra a ressarcir cofres públicos

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve condenação contra o ex-prefeito de Formosa da Serra Negra, Juscelino Martins de Oliveira, para restituir aos cofres públicos o valor de R\$ 430 mil e multa, por ato de improbidade administrativa. A sentença foi do juízo da 1ª Vara da comarca de Grajaú, em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE).

O MPE acusou o ex-prefeito de ter cometido atos de improbidade durante o mandato de prefeito, no ano de 1998, ao dispensar indevidamente processo licitatório; permitir a realização de despesas não autorizadas em lei; agir negligentemente na arrecadação de tributo e atentar contra os princípios da administração pública, como honestidade, legalidade, imparcialidade e lealdade às instituições.

O ex-prefeito recorreu da sentença, alegando a nulidade do processo administrativo instaurado perante o Tribunal de Contas do Estado (TCE), ante a impossibilidade de exercer seu direito de defesa por vício na citação. Argumentou ainda não existirem provas de desvio ou apropriação de verbas públicas e da existência de dano, ou ainda de que agirá com intenção (dolo) nos fatos contra ele imputados.

Em seu voto, o desembargador Vicente Gomes de Castro (relator) entendeu que as provas juntadas pelo MPE comprovaram uma série de despesas em desconformidade com o ordenamento jurídico pátrio e com os princípios que o regem, causando relevantes prejuízos ao município.

Segundo relatório do TCE, ocorreram irregularidades em processos de licitação que totalizaram mais de R\$ 430 mil de prejuízo, como fracionamento de despesas para burlar a exigência de licitação na compra de combustível, material escolar, de construção, alimentos, merenda escolar, entre outros.

Vicente de Castro rejeitou os argumentos de ausência de danos ao patrimônio público, uma vez que o prejuízo é intrínseco ao ato ímprobo, uma vez que o ex-gestor não demonstrou a regular destinação das verbas públicas nas duas oportunidades que teve.

"Como dizer que não houve prejuízo ao patrimônio público, quando o chefe do Poder Executivo municipal formaliza diversos contratos sem o devido processo licitatório, o qual permitiria a escolha do melhor custo/benefício ao Município? Da mesma forma, como autorizar uma série de despesas sem o devido contrato ou mesmo sem a identificação do credor e dizer que não houve ação voluntária nesse sentido e que tais atos não ensejaram dano ao erário?", questionou o magistrado. (Processo 422532013).

Os desembargadores Marcelo Carvalho Silva e Antonio Guerreiro Júnior acompanharam o voto do relator.

Tyrone é o novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu em sessão administrativa nesta quarta-feira (24) o juiz Tyrone José Silva (4ª Vara Cível) para o cargo de desembargador. Após a eleição, o novo desembargador prestou juramento e assinou o termo de posse e exercício no cargo.

Tyrone Silva encabeçou a lista tríplice dos candidatos mais pontuados na votação aberta, nominal e fundamentada, com 2.139 pontos, sendo seguido pelos juízes Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), com 2.127, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), com 2.117.

A escolha do novo integrante do Pleno se deu pelo critério de merecimento e o magistrado vai preencher a vaga aberta no colegiado com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo. Os desembargadores avaliaram e pontuaram a trajetória do candidato quanto aos critérios técnicos de desempenho; produtividade; presteza no exercício da jurisdição; aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta.

O Regimento Interno do TJMA torna obrigatória a nomeação do magistrado que constar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento. Como os juízes Tyrone Silva e José Jorge Figueiredo já haviam integrado a lista por duas vezes, foi eleito o mais votado, restando ao terceiro colocado aguardar a oportunidade de nova vaga para acessar o cargo.

Também concorreram à eleição os juízes de entrância final: Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

Comissão da Câmara Federal constata melhorias em Pedrinha

Os avanços do Sistema Penitenciário do Maranhão foram reconhecidos pelos membros da CPI do Sistema Carcerário da Câmara Federal nos primeiros meses do atual governo. Mesmo com necessidade de avançar no setor de infraestrutura, os parlamentares afirmaram que a administração estadual está conseguindo reverter o quadro caótico em que se encontrava o Complexo de Pedrinhas em 2014 - ano em que a crise atingiu o ponto máximo no principal presídio do Maranhão.

O Termo de Compromisso assinado pelo Governo do Estado junto com Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça na manhã da última segunda (23) também foram tema do diálogo do chefe do Executivo Estadual - que recebeu a comissão em reunião no Palácio dos Leões. Nele, o Governo do Estado se compromete a concluir a reforma e ampliação de quatro presídios no interior e a construção de novas quatro penitenciárias. Os prazos para a conclusão variam entre julho de 2015 e dezembro de 2016.

"Esse acordo é muito importante e pode servir de exemplo para todo o país, porque não pega apenas a questão da infraestrutura, mas também da ressocialização, de avanços para a reintegração dos presos na sociedade," disse o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que compõe a CPI. Já Alberto Fraga (DEM-DF), presidente da CPI, afirmou que, após a visita a Pedrinhas pela manhã, foi possível verificar "uma evolução muito grande em relação ao que se viu no ano passado". Para ele, o acordo com o STF é o caminho acertado para melhorar o Sistema Carcerário no estado e que levará o documento maranhense para o conhecimento dos demais gestores estaduais.

Os deputados relataram ainda que alguns pontos como a coleta de lixo e a infraestrutura precisam de adequações. Para o governador, o Termo assinado com o STF ajudará a resolver este problema, com a ampliação do número de vagas no Sistema Penitenciário maranhense, no total de 1.698 vagas (entre construções de novos presídios e ampliação de prédios já existentes).

CPI em visita a Pedrinhas

A Secretaria de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) recebeu, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por deputados federais, que veio ao Maranhão para avaliar a situação presente do sistema carcerário no estado. A inspeção foi acompanhada também por deputados estaduais, e representantes da Defensoria Pública Estadual e do Poder Judiciário, que ajudarão na elaboração de um relatório para ser discutido na Câmara Federal, em Brasília-DF, com o objetivo de aperfeiçoar as leis que tratam da execução penal, em todo o país.

"O objetivo da comissão é fazer um diagnóstico nacional para ter subsídios que possam propor e formular novas leis, e articular recursos para ajudar os estados a enfrentar os problemas no sistema carcerário brasileiro. Hoje, observamos em todas as unidades federativas do país que muito ainda precisa ser feito, a exemplo do Maranhão, no entanto, as mudanças dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas são visíveis, principalmente no que se refere à civilidade dos detentos, o que demonstra todo o empenho do governo Flávio Dino em resolver o problema que se arrasta por décadas", avaliou o deputado federal Weverton Rocha (PDT).

Presidida pelo deputado federal Alberto Fraga (DEM), a CPI do Sistema Carcerário veio composta pelos também deputados federais Laudívio Carvalho (PMDB), Edmilson Rodrigues (PSOL), Eliziane Gama (PPS), e Carmen Zanotto (PPS). Acompanhados dos deputados estaduais Wellington do Curso (PPS), Professor Marcos Aurélio (PCdoB), e Zé Inácio (PT), eles entrevistaram os detentos da Penitenciária de Pedrinhas (PP), da Central

de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), e da Casa de Detenção (Cadet), ouviram suas reivindicações e pediram agilidade naqueles processos considerados mais urgentes.

Sobre essa questão, em especial, o juiz da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP) de São Luís, Fernando Mendonça, opinou com a propriedade de quem acompanha há anos os desafios da ressocialização de apenados. "O ambiente carcerário no Maranhão e no país, durante décadas, foi muito mal administrado. A própria administração da Sejap, em gestões anteriores, foi amadora, e em algumas vezes antiprofissional. Somente com a crise de 2013 e 2014 foi que os olhos se voltaram para o nosso estado, com divulgação da violência dentro dos presídios maranhenses", adiantou o titular da 2ª VEP, falando também sobre as mudanças.

Números

A Estrutura do sistema carcerário do Maranhão é composta, hoje, por 13 presídios em São Luís; e outros 20 no interior do estado. Com a parceria entre o Governo do Estado e o Supremo Tribunal Federal (STF), o Maranhão anuncia um acréscimo futuro de cerca de 1.700 vagas, com as reformas e ampliações dos Centros de Detenção Provisória (CDPs) nas cidades de Açailândia, Balsas, e Codó; e a construção de outras unidades nos municípios de Pedreiras, Timon, Pinheiro, Imperatriz e São Luís Gonzaga. Em maio, a população carcerária do Maranhão totalizou 6.146 detentos, 2.796 no interior, e 3.441 na capital.

Somente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas a população carcerária é de 2.943 internos. A Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Paço do Lumiar contabiliza 39 detentos, naquele município da região metropolitana. A unidade carcerária em Pedrinhas com maior número de detentos é a Casa de Detenção (Cadet) com 663 presos. O menor efetivo registrado está no Presídio São Luís III, já que ali estão custodiados apenas 86 apenados, suspeitos de serem líderes de facções criminosas. Segundo o titular da Sejap, com as obras em andamento, o Maranhão terá mais expectativa de cumprir com sua obrigação.

"A assinatura com o STF vai ser de extrema importância. Com o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça juntos teremos muitos avanços no sistema prisional do Maranhão. Temos uma determinação para cumprir essas obras, e reiniciá-las já no início no próximo mês; e concluí-las até o final do ano. Apesar do muito que ainda precisa ser feito, temos um avanço significativo, dentro do sistema, principalmente no que diz respeito à disciplina dos internos", destacou o secretário Murilo Andrade de Oliveira.

Compromisso

Em diferentes prazos já anunciados, essa semana - dos quais o menor é de 60 dias e o maior de 360 dias -, o Governo do Maranhão firma o compromisso de dar continuidade à política de fomento do método das chamadas Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (APACs), exitosa em vários estados brasileiros. Também há compromisso na disponibilização de um plano de ação para manter estruturas administrativas para prestar assistência aos encarcerados, sejam elas nas áreas de saúde, material, jurídica, educacional, social ou religiosa; e inclusão em cursos profissionalizantes para renda própria.

Novo desembargador do TJMA será escolhido nesta quarta (24)

A sessão para acesso ao cargo de desembargador será pública, com votação nominal, aberta e fundamentada|

A eleição para acesso a um cargo vago de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será realizada nesta quarta-feira (24), durante sessão plenária administrativa. A vaga, a ser preenchida pelo critério de merecimento, surgiu em decorrência da aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo.

O prazo de inscrições para acesso ao cargo foi aberto e encerrado em março deste ano.

Estão inscritos os juízes de entrância final Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Tyrone José Silva (4ª Vara Cível), Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

Os juízes Tyrone José Silva e José Jorge Figueiredo dos Anjos já figuraram em listas de merecimento para acesso ao TJMA por duas vezes consecutivas.

CRITÉRIOS - O merecimento será apurado e aferido nos 48 meses anteriores à abertura da vaga, por critérios objetivos, que terão a seguinte pontuação máxima: desempenho (20 pontos), produtividade (30 pontos), presteza no exercício das funções (25 pontos), aperfeiçoamento técnico (10 pontos) e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (15 pontos).

Na votação por merecimento, os desembargadores deverão declarar os fundamentos de sua convicção, com menção individualizada aos critérios utilizados na escolha. Todos os juízes concorrentes serão pontuados.

Concluída a votação, será feita a relação de todos os concorrentes, obedecida a ordem decrescente de pontos recebidos. Os três primeiros mais pontuados comporão a lista tríplice. Em caso de empate, terá preferência o juiz que tenha figurado mais vezes em listas tríplices anteriores.

Persistindo o empate, a preferência, na ordem decrescente de pontos, será do juiz que tenha obtido maior pontuação em: I - produtividade; II- presteza; III - desempenho; IV adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional; e V - aperfeiçoamento técnico. Se, ainda assim, não houver desempate, terá preferência o juiz mais idoso.

Terá acesso ao cargo de desembargador do Tribunal o juiz que ocupar o primeiro lugar na lista tríplice. Entretanto, é obrigatória a nomeação do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento. Se houver mais de um juiz em igualdade de condições, a nomeação recairá sobre o primeiro, entre eles, da lista tríplice.

A sessão para acesso ao cargo de desembargador será pública, com votação nominal, aberta e fundamentada, obedecidas as prescrições constitucionais, legais e do Regimento Interno do TJMA.

Disputa no Tribunal de Justiça

Tyrone José Silva é o novo desembargador do TJ

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu em sessão administrativa nesta quarta-feira (24) o juiz Tyrone José Silva (4ª Vara Cível) para o cargo de desembargador. Após a eleição, o novo desembargador prestou juramento e assinou o termo de posse e exercício no cargo.

Tyrone Silva encabeçou a lista tríplice dos candidatos mais pontuados na votação aberta, nominal e fundamentada, com 2.139 pontos, sendo seguido pelos juízes Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), com 2.127, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), com 2.117.

A escolha do novo integrante do Pleno se deu pelo critério de merecimento e o magistrado vai preencher a vaga aberta no colegiado com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo. Os desembargadores avaliaram e pontuaram a trajetória do candidato quanto aos critérios técnicos de desempenho; produtividade; presteza no exercício da jurisdição; aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta.

O Regimento Interno do TJMA torna obrigatória a nomeação do magistrado que constar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento. Como os juízes Tyrone Silva e José Jorge Figueiredo já haviam integrado a lista por duas vezes, foi eleito o mais votado, restando ao terceiro colocado aguardar a oportunidade de nova vaga para acessar o cargo.

Também concorreram à eleição os juízes de entrância final: Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

POSSE - Encerrada a sessão, o Tyrone Silva compareceu à presidência do TJMA acompanhado da esposa, Sônia Wernz e do filho Bruno César. Diante da presidente em exercício do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, prestou juramento e assinou o termo de compromisso, posse e exercício no cargo.

"Agradeço a todos os membros que votaram em nosso nome e que trabalharam para que a nossa caminhada tivesse sucesso, aos servidores que estiveram na torcida quando estávamos postulando o cargo, e a Deus, por nos ter permitido chegar a esse ponto. Estamos aqui para servir e defender a lei, o direito e a Justiça", disse o novo desembargador.

A presidente em exercício deu as boas-vindas ao novo integrante do TJMA e disse estar certa de que o novo desembargador chega para "somar para elevar, ainda mais, o nome do Judiciário do Maranhão".

Compareceram à solenidade de posse a corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney; os desembargadores Jamil Gedeon, José Bernardo, Graça Duarte, Raimundo Barros, Marcelino Ewerton e Ricardo Duailibe; os juízes Osmar Santos, diretor do fórum de São Luís; Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais; Mário Márcio, José Américo, Francisca Galiza e Oriana Gomes - auxiliares da Corregedoria -; o deputado estadual Edilázio Júnior, e o conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Município, Ronald Sarney, dentre outras autoridades.

Novo desembargador do TJMA será escolhido hoje

A eleição para acesso a um cargo vago de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será realizada nesta quarta-feira (24), durante sessão plenária administrativa. A vaga, a ser preenchida pelo critério de merecimento, surgiu em decorrência da aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo.

O prazo de inscrições para acesso ao cargo foi aberto e encerrado em março deste ano.

Estão inscritos os juízes de entrância final Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Tyrone José Silva (4ª Vara Cível), Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

Os juízes Tyrone José Silva e José Jorge Figueiredo dos Anjos já figuraram em listas de merecimento para acesso ao TJMA por duas vezes consecutivas.

CRITÉRIOS - O merecimento será apurado e aferido nos 48 meses anteriores à abertura da vaga, por critérios objetivos, que terão a seguinte pontuação máxima: desempenho (20 pontos), produtividade (30 pontos), presteza no exercício das funções (25 pontos), aperfeiçoamento técnico (10 pontos) e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (15 pontos).

Na votação por merecimento, os desembargadores deverão declarar os fundamentos de sua convicção, com menção individualizada aos critérios utilizados na escolha. Todos os juízes concorrentes serão pontuados.

Concluída a votação, será feita a relação de todos os concorrentes, obedecida a ordem decrescente de pontos recebidos. Os três primeiros mais pontuados comporão a lista tríplice. Em caso de empate, terá preferência o juiz que tenha figurado mais vezes em listas tríplices anteriores.

Persistindo o empate, a preferência, na ordem decrescente de pontos, será do juiz que tenha obtido maior pontuação em: I - produtividade; II - presteza; III - desempenho; IV adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional; e V - aperfeiçoamento técnico. Se, ainda assim, não houver desempate, terá preferência o juiz mais idoso.

Terá acesso ao cargo de desembargador do Tribunal o juiz que ocupar o primeiro lugar na lista tríplice. Entretanto, é obrigatória a nomeação do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento. Se houver mais de um juiz em igualdade de condições, a nomeação recairá sobre o primeiro, entre eles, da lista tríplice.

A sessão para acesso ao cargo de desembargador será pública, com votação nominal, aberta e fundamentada, obedecidas as prescrições constitucionais, legais e do Regimento Interno do TJMA.

Juiz Tayrone é escolhido novo desembargador do Maranhão

Tayrone José Silva|

O pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão reuniu agora a tarde e escolheu o novo desembargador que substituiu o desembargador aposentado Benedito Bello. Tayrone José Silva já havia ido pela segunda vez consecutiva para a disputa final da lista por merecimento.

Participaram da escolha como candidatos os juizes Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Tyrone José Silva (4ª Vara Cível), Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

Juiz Tayrone é escolhido novo desembargador do Maranhão

O pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão reuniu agora a tarde e escolheu o novo desembargador que substituiu o desembargador aposentado Benedito Bello. Tayrone José Silva já havia ido pela segunda vez consecutiva para a disputa final da lista por merecimento.

Participaram da escolha como candidatos os juizes Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Tyrone José Silva (4ª Vara Cível), Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

Tyrone é eleito novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

Novo desembargador do TJMA o juiz Tyrone José Silva

Foi eleito hoje (24), o juiz Tyrone José Silva, da 4ª Vara Cível ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), durante sessão plenária administrativa.

A vaga preenchida foi pelo critério de merecimento, que surgiu em decorrência da aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo.

A sessão foi pública, com votação nominal, aberta e fundamentada, obedecendo as prescrições constitucionais, legais e do Regimento Interno do TJMA.

Eleição de Tyrone

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu em sessão administrativa nesta quarta-feira (24) o juiz Tyrone José Silva (4ª Vara Cível) para o cargo de desembargador. Após a eleição, o novo desembargador prestou juramento e assinou o termo de posse e exercício no cargo.

Tyrone Silva encabeçou a lista tríplice dos candidatos mais pontuados na votação aberta, nominal e fundamentada, com 2.139 pontos, sendo seguido pelos juízes Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), com 2.127, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), com 2.117.

A escolha do novo integrante do Pleno se deu pelo critério de merecimento e o magistrado vai preencher a vaga aberta no colegiado com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo. Os desembargadores avaliaram e pontuaram a trajetória do candidato quanto aos critérios técnicos de desempenho; produtividade; presteza no exercício da jurisdição; aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta.

O Regimento Interno do TJMA torna obrigatória a nomeação do magistrado que constar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento. Como os juízes Tyrone Silva e José Jorge Figueiredo já haviam integrado a lista por duas vezes, foi eleito o mais votado, restando ao terceiro colocado aguardar a oportunidade de nova vaga para acessar o cargo.

Também concorreram à eleição os juízes de entrância final: Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

Encerrada a sessão, o Tyrone Silva compareceu à presidência do TJMA acompanhado da esposa, Sônia Wernz e do filho Bruno César. Diante da presidente em exercício do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, prestou juramento e assinou o termo de compromisso, posse e exercício no cargo.

Inscrições para casamento comunitário começam nesta quarta-feira - Imirante.com

Foto: Reprodução/ Jô Fernandes|

SANTA QUITÉRIA - Estão abertas as inscrições para a edição do projeto "Casamento Comunitário" na Comarca de Santa Quitéria, que abrange também o município de Milagres do Maranhão. De acordo com o juiz André Martins, titular de São Bernardo e respondendo por Santa Quitéria, todos os atos de registro civil, necessários à realização do casamento, são gratuitos, sendo vedada cobrança de qualquer taxa por parte da serventia extrajudicial (cartório).

Na portaria autorizando a realização do casamento, o magistrado destacou a grande quantidade de pessoas na região que não têm a situação civil regularizada. "Tendo em vista a grande quantidade de pessoas que convivem juntas como se casadas fossem e que querem regularizar a situação civilmente, mas que por hipossuficiência financeiros não podem casar-se. Daí, resolvemos autorizar a realização do projeto aqui na comarca", disse ele.

As inscrições podem ser feitas no Cartório de Registro de Pessoas Civil em Santa Quitéria e a divulgação está sendo feita através de blogs locais, faixa publicitárias, carro de som e rádio local (tanto em Santa Quitéria quanto em Milagres do Maranhão).

"Estamos contando com diversos parceiros para a realização do evento, a exemplo de empresários quiterienses e milagrenses, Serventia Extrajudicial de Santa Quitéria, Secretaria de Ação Social de Santa Quitéria e também de Milagres, Secretaria de Educação de Milagres, Secretaria de Saúde de Milagres, Núcleo Sindical do Sinproesemma de Santa Quitéria, e sociedade em geral", ressaltou André Martins.

Os interessados deverão apresentar no ato da inscrição, entre outros documentos (com cópia): certidão de nascimento dos noivos; se divorciados, certidão anterior com averbação do divórcio; se viúvo ou viúva, apresentar certidão de óbito; comprovante de residência.

Ainda de acordo com o juiz, o limite é de 100 primeiros casais inscritos de Santa Quitéria e de Milagres do Maranhão. As inscrições seguem até o dia 2 de julho e a cerimônia está marcada para o dia 17 de julho, no Estádio Rodrigão, em Santa Quitéria.

Ex-prefeito de Formosa da Serra Negra é condenado a ressarcir cofres públicos - Imirante.com/Imperatriz

Foto: Reprodução/Internet|

FORMOSA DA SERRA NEGRA - A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve condenação contra o ex-prefeito de Formosa da Serra Negra, Juscelino Martins de Oliveira, para restituir aos cofres públicos o valor de R\$ 430 mil e multa, por ato de improbidade administrativa.

O Ministério Público Estadual (MPE) acusou o ex-prefeito de ter cometido atos de improbidade durante o mandato de prefeito, no ano de 1998, ao dispensar indevidamente processo licitatório; permitir a realização de despesas não autorizadas em lei; agir negligentemente na arrecadação de tributo e atentar contra os princípios da administração pública, como honestidade, legalidade, imparcialidade e lealdade às instituições.

O ex-prefeito recorreu da sentença, alegando a nulidade do processo administrativo instaurado perante o Tribunal de Contas do Estado (TCE), ante a impossibilidade de exercer seu direito de defesa por vício na citação. Argumentou ainda não existirem provas de desvio ou apropriação de verbas públicas e da existência de dano, ou ainda de que agirá com intenção (dolo) nos fatos contra ele imputados.

Segundo relatório do TCE, ocorreram irregularidades em processos de licitação que totalizaram mais de R\$ 430 mil de prejuízo, como fracionamento de despesas para burlar a exigência de licitação na compra de combustível, material escolar, de construção, alimentos, merenda escolar, entre outros.

Tyrone José Silva é o novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

SÃO LUÍS - O juiz Tyrone José Silva da 4ª Vara Cível foi eleito, em sessão administrativa, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Após a eleição, o novo desembargador prestou juramento e assinou o termo de posse e exercício no cargo.

Tyrone Silva encabeçou a lista tríplice dos candidatos mais pontuados na votação aberta, nominal e fundamentada, com 2.139 pontos, sendo seguido pelos juízes Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), com 2.127, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), com 2.117.

A escolha do novo integrante do Pleno se deu pelo critério de merecimento e o magistrado vai preencher a vaga aberta no colegiado com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo. Os desembargadores avaliaram e pontuaram a trajetória do candidato quanto aos critérios técnicos de desempenho; produtividade; presteza no exercício da jurisdição; aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta.

O Regimento Interno do TJ-MA torna obrigatória a nomeação do magistrado que constar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento. Como os juízes Tyrone Silva e José Jorge Figueiredo já haviam integrado a lista por duas vezes, foi eleito o mais votado, restando ao terceiro colocado aguardar a oportunidade de nova vaga para acessar o cargo.

Também concorreram à eleição os juízes de entrância final: Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família).

Posse

Encerrada a sessão, o Tyrone Silva compareceu à presidência do TJ-MA acompanhado da esposa, Sônia Wernz e do filho Bruno César. Diante da presidente em exercício do TJ-MA, desembargadora Anildes Cruz, prestou juramento e assinou o termo de compromisso, posse e exercício no cargo.

"Agradeço a todos os membros que votaram em nosso nome e que trabalharam para que a nossa caminhada tivesse sucesso, aos servidores que estiveram na torcida quando estávamos postulando o cargo, e a Deus, por nos ter permitido chegar a esse ponto. Estamos aqui para servir e defender a lei, o direito e a Justiça", disse o novo desembargador.

A presidente em exercício deu as boas-vindas ao novo integrante do TJ-MA e disse estar certa de que o novo desembargador chega para "somar para elevar, ainda mais, o nome do Judiciário do Maranhão".

Portaria regulamenta acesso de menores à Expoimp

IMPERATRIZ - O juiz Delvan Tavares Oliveira, titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, publicou uma portaria que disciplina a entrada de menores de idade na Exposição Agropecuária de Imperatriz (Expoimp), que ocorrerá no período de 4 a 12 de julho. Durante a exposição, o grupo de comissários de menores da vara vai fiscalizar o cumprimento dessa portaria.

Diversos fatores foram levados em consideração pelo magistrado, entre os quais as peculiaridades locais, tipo de frequência habitual ao local, a adequação do ambiente a eventual participação e frequência de crianças e adolescentes, a natureza do espetáculo, como exposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outra fator levado em consideração foi que crianças menores de 10 anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável. "Outro detalhe a ser observado é o fato de que o fornecimento de bebida alcoólica a crianças e adolescentes constitui crime e infração administrativa, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente", ressalta Delvan Tavares.

O documento determina que crianças com menos de 10 anos de idade só poderão ingressar ou permanecer no parque de exposição durante a Expoimp, inclusive participarem da cavalgada de abertura da exposição, se estiverem acompanhados de um dos pais ou de responsável ou, ainda, de parentes até o segundo grau.

A portaria determina, ainda, que na área destinada a shows a presença de criança e adolescentes com menos de 10 anos só será permitida se acompanhadas exclusivamente de um dos pais ou responsável legal. "Crianças e adolescente entre 10 a 15 anos, caso estejam desacompanhados de um dos pais ou do responsável somente poderão ingressar e permanecer na área de shows caso estejam acompanhados de algum parente até o terceiro grau", diz o documento.

A portaria assinada pelo magistrado destaca que é proibida a venda à criança ou ao adolescente de bebidas alcoólicas e fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico.

O magistrado disse que o cumprimento desta portaria será fiscalizado por toda sociedade, integrantes dos Conselhos Tutelares dos Municípios, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público e pelas polícias Civil e Militar, devendo estes fazer cessar de imediato qualquer conduta que contrarie a portaria, bem como conduzir os infratores.

Tyrone José Silva é o novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu em sessão administrativa nesta quarta-feira 24, o juiz Tyrone José Silva (4ª Vara Cível) para o cargo de desembargador. Após a eleição, o novo desembargador prestou juramento e assinou o termo de posse e exercício no cargo. Tyrone Silva encabeçou a lista tríplice dos candidatos mais pontuados na votação aberta, nominal e fundamentada, com 2.139 pontos, sendo seguido pelos juízes Maria Francisca Gualberto de Galiza (4ª Vara da Família), com 2.127, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), com 2.117. A escolha do novo integrante do Pleno se deu pelo critério de merecimento e o magistrado vai preencher a vaga aberta no colegiado com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo. Os desembargadores avaliaram e pontuaram a trajetória do candidato quanto aos critérios técnicos de desempenho; produtividade; presteza no exercício da jurisdição; aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta. O Regimento Interno do TJMA torna obrigatória a nomeação do magistrado que constar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento. Como os juízes Tyrone Silva e José Jorge Figueiredo já haviam integrado a lista por duas vezes, foi eleito o mais votado, restando ao terceiro colocado aguardar a oportunidade de nova vaga para acessar o cargo. Também concorreram à eleição os juízes de entrância final: Samuel Batista de Souza (5º Juizado Especial Cível), José Eulálio Figueiredo de Almeida (Juizado de Trânsito), José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Lucas da Costa Ribeiro Neto (2ª Vara da Família), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Cível) e Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família). POSSE - Encerrada a sessão, o Tyrone Silva compareceu à presidência do TJMA acompanhado da esposa, Sônia Wernz e do filho Bruno César. Diante da presidente em exercício do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, prestou juramento e assinou o termo de compromisso, posse e exercício no cargo. "Agradeço a todos os membros que votaram em nosso nome e que trabalharam para que a nossa caminhada tivesse sucesso, aos servidores que estiveram na torcida quando estávamos postulando o cargo, e a Deus, por nos ter permitido chegar a esse ponto. Estamos aqui para servir e defender a lei, o direito e a Justiça", disse o novo desembargador. A presidente em exercício deu as boas-vindas ao novo integrante do TJMA e disse estar certa de que o novo desembargador chega para "somar para elevar, ainda mais, o nome do Judiciário do Maranhão". Compareceram à solenidade de posse a corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney; os desembargadores Jamil Gedeon, José Bernardo, Graça Duarte, Raimundo Barros, Marcelino Ewerton e Ricardo Duailibe; os juízes Osmar Santos, diretor do fórum de São Luís; Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais; Mário Márcio, José Américo, Francisca Galiza e Oriana Gomes - auxiliares da Corregedoria -; o deputado estadual Edilázio Júnior, e o conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Município, Ronald Sarney, dentre outras autoridades.

Maranhão e STF firmam acordo para construção e reforma de presídios

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

Governador Flávio Dino recebe ministro Ricardo Lewandowski e assina Termo de Compromisso para implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Governador Flávio Dino recebe ministro Ricardo Lewandowski e assina Termo de Compromisso para implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado. “Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido”, disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. “Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento”, disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson

Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Ações

Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entrega para julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

Fonte: Secom/MA

SINDJUS-MA e TJMA formalizam plano de ação para melhorar segurança de oficiais de Justiça

Comissão de servidores e os diretores do sindicato durante reunião no TJ-MA
Comissão de servidores e os diretores do sindicato durante reunião no TJ-MA

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA), representado pelos diretores Márcio Luís Andrade, Secretário Geral, Artur Filho, Secretário de Imprensa, e os oficiais de justiça Fernanda Rufino, Lidailsa Porto e Marcio Maciel, na manhã desta terça-feira 23 de junho, foram recebidos pelo Diretor de Segurança Institucional do TJMA, Major Alexandre Magno, para tratar de um projeto que será construído em parceria com os servidores para melhorar o cumprimento de diligências dos oficiais de justiça.

Durante o encontro a comissão definiu que para dar início ao projeto serão realizados três requerimentos à presidência do Tribunal de Justiça (TJMA).

Os requerimentos serão para obtenção de uma carteira funcional e de identificação única e padrão para todos os oficiais, assim como identificação e padronização dos veículos particulares quando estiverem em uso para prestação de serviços à justiça, e a elaboração de um mapa com levantamento das áreas de risco em São Luís. "É importante que seja criada uma resolução para regulamentação das carteiras dos oficiais de justiça, visto que possuímos mais de um tipo de carteira, e também facilita a nossa identificação e de que somos servidores prestando serviço jurisdicional", Fernanda Rufino.

Lidailsa Porto, Marcio Maciel e Fernanda Rufino, membros da comissão de servidores que definiu estratégias de segurança. Lidailsa Porto, Marcio Maciel e Fernanda Rufino, membros da comissão de servidores que definiu estratégias de segurança.

Para o oficial Márcio Maciel a carteira institucional vai dar mais credibilidade na identificação, pois hoje a carteira atual não transmite a segurança necessária para o jurisdicionado. "No cumprimento de mandados passamos por situações constrangedoras porque as pessoas não dão credibilidade e nem aceitam essa carteira atual como identificação o que facilitaria o cumprimento das decisões judiciais", revelou.

Sobre a identificação dos veículos ele também concorda que é mais uma medida de proteção. "A identificação visual do oficial nas áreas de risco diminui de força significativa aquela visão de sermos estranhos quando estamos entrando nas áreas de conflito, quando somos identificados de forma antecipada demonstramos que a presença do oficial não apresenta nenhum risco para quem mora na comunidade", disse o oficial.

Para melhorar a prestação dos serviços à sociedade, garantido a integridade dos oficiais, o Diretor Alexandre Magno, informou que já está sendo elaborado um treinamento para os todos os oficiais de justiça em parceria com a ESMAM, que deverá ser realizado a partir do mês de setembro, assim como já é realizado com os magistrados.

Major Alexandre Magno, diretor de Segurança Institucional do TJ-MA
Major Alexandre Magno, diretor de Segurança Institucional do TJ-MA

Quanto a segurança nos fóruns e juizados ele disse que os policiais da reserva passarão por uma triagem, onde devem permanecer apenas aqueles que realmente estejam aptos para o cargo, e que os que permanecerem

assim como os novos convocados devem receber treinamento e capacitação antes de assumirem o cargo. "Já estamos elaborando o material para o treinamento com os oficiais, o primeiro passo será de iniciar o curso na capital e em seguida no interior do Estado. Sobre os policiais da reserva já sabemos que muitos deles devem ser substituídos e que todos devem receber treinamento de acordo com a função do cargo", disse o Major Alexandre Magno, Diretor de Segurança Institucional do TJMA.

Procedimento

Os oficiais de justiça quando estiverem no cumprimento de suas atividades que sofrerem ameaças, ou qualquer tipo de violência agora devem adotar o procedimento do TJMA: cadastrar no digidoc o ocorrido com o assunto: "Ocorrência envolvendo segurança institucional" e avisar a Segurança Institucional pelos telefones (98) 3231-755 ou (98) 9 8882-5226.

Márcio Luís Andrade, secretário-geral do SINDJUS-MA
Márcio Luís Andrade, secretário-geral do SINDJUS-MA

"Estamos dando um importante passo para as demandas dos oficiais de justiça, que agora possuem uma atenção da diretoria institucional do tribunal, agora vamos dar prosseguimento a este projeto que sem dúvida irá melhorar a atividade dos oficiais de justiça", disse Márcio Luís Andrade, Secretário Geral do SINDJUS-MA.

Servidora do TJMA apresenta artigo sobre violência doméstica em Congresso Internacional

A violência doméstica e familiar contra a mulher em São Luís foi tema de artigo apresentado pela assistente social do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Danyelle Bitencourt Ribeiro, durante o “I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos”, realizado no município de Londrina (PR), neste mês.

O trabalho utilizou pesquisa quantitativa e consistiu na análise de diversos fatores que envolvem a violência contra a mulher, com o objetivo de traçar um perfil das mulheres agredidas, contribuindo para a compreensão do contexto da violência em São Luís e para a melhoria das ações de combate.

O artigo originou-se de informações sobre os agressores e vítimas, como faixa etária, escolaridade, ocupação, relação existente entre eles, causas do ato violento e medidas protetivas aplicadas, para traçar um cenário da violência de gênero.

Durante a apresentação do artigo, a assistente social Danyelle Bitencourt enfatizou a importância das medidas protetivas e, principalmente, do engajamento de toda a sociedade na luta contra a violência de gênero, uma vez que o enfrentamento e superação do problema são de responsabilidade tanto de homens quanto de mulheres, considerando que a sociedade, muitas vezes, ainda culpabiliza a mulher pelo seu próprio sofrimento.

“Estamos lutando para modificar esse panorama. Afinal, o silêncio muitas vezes imposto e a associação da mulher a uma imagem dócil e delicada trazem um grande retrocesso frente à libertação das amarras da violência de gênero”, declarou a assistente social.

A presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargadora Ângela Salazar, ressalta que cerca de 40% das mulheres que solicitam medidas protetivas de urgência contra seus agressores também optam por representá-los criminalmente, o que demonstra o aumento da compreensão pelas mulheres sobre a importância da denúncia e consequentes punições do crime de violência doméstica e familiar.

“São significativos os avanços nos direitos das mulheres, no direcionamento de sua emancipação e igualdade diante dos homens, direitos estes que se constroem após séculos de uma inferioridade institucionalizada”, pontuou a desembargadora.

A apresentação do trabalho foi prestigiada, em Londrina (PR), pela desembargadora Angela Salazar, e elogiada pela Profa. Dra. Mirla Cisne Álvaro, integrante do “Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir” e professora adjunta da UFRN, referência nacional nos estudos da área, além de outros profissionais presentes no evento.

Além da assistente social Danyelle Bitencourt, o artigo também foi escrito pelas estagiárias de Serviço Social do Judiciário maranhense - Ana Raíssa Mendes e Thaís Rodrigues, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Governo do Estado apresenta plano de ações e prazos para melhorar sistema prisional

Ricardo Lewandowski assinam o Termo de Compromisso para adequar o sistema de justiça criminal do Maranhão

Um importante plano de ações para melhorar o sistema prisional do Maranhão foi estabelecido em parceria entre o Governo do Estado e o Supremo Tribunal Federal. Além da construção, reforma e ampliação de oito penitenciárias no interior do Estado e uma na capital, o Termo de Compromisso prevê importantes avanços na reinserção social e melhoria das condições de encarceramento.

Um deles é dar continuidade à política de fomento do método APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, em 60 dias. A experiência, exitosa em várias partes do país, deve ser ampliada no Maranhão a partir do acordo assinado por Flávio Dino e o ministro Ricardo Lewandowski (presidente do STF).

O governo também disponibilizará em 180 dias um plano de ação para manter a estrutura administrativa para prestar assistência aos encarcerados - sejam elas de assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social ou religiosa. O governo também se obriga para que em 360 dias crie em todos os estabelecimentos penais ambiente para oficinas de trabalho, salas de aula e curso profissionalizante. Haverá num prazo de 90 dias, apresentação de plano de ação para capacitar egressos do sistema carcerário para o mercado de trabalho. Em 60 dias, demonstrar ações de fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário - para envio de denúncia de eventuais violações de direitos às autoridades competentes. O mesmo diz respeito à instalação de aparelhos de videoconferência interligados aos fóruns do Tribunal de Justiça do Maranhão para diminuir custos com o deslocamento de presos para procedimentos judiciais. Esta ação tem prazo de 180 dias para ser efetivada.

Ações de promoção da saúde também terão atenção redobrada, pois o Governo do Estado firmou acordo com o STF para, num prazo de 90 dias, intensificar programas específicos para o tratamento de portadores de HIV, DST, hepatite, tuberculose, hipertensão e diabetes. Em 180, o governo se compromete a regularizar o atendimento penitenciário local.

Além das ações de reinserção e cuidado com os detentos, o governo também apresentou ao STF cronograma para finalização das obras de construção, reforma e ampliação dos presídios na capital e no interior, como ilustram os quadros I e II.

1. Conclusão emergencial de construção de quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas:

Município Vagas Valor (R\$) Previsão de Entrega

Pinheiro 306 12.426.475,27 01/2016

Timon 306 12.156.883,53 11/2015

Imperatriz 210 3.918.205,86 09/2015

São Luiz Gonzaga 312 7.118.440,39 12/2016

São Luís - IV Unidade de Segurança Máxima, cujo projeto está em fase de detalhamento.

2. Conclusão emergencial de reforma e ampliação dos presídios de quatro municípios, o que importará na criação de 564 vagas:

Município Vagas Valor (R\$) Previsão de Entrega

Balsas 126 2.953.492,90 07/2015

Açailândia 162 2.834.988,00 07/2015

Codó 156 3.025.000,03 10/2015

Governo e Supremo Tribunal Federal firmam acordo

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

“Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido”, disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. “Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento”, disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Ações

Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues

em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entrega para julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

Abertas inscrições para servidores em curso de Depoimento Especial

A Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam), em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), abre inscrições para o curso de Depoimento Especial, credenciado pela Escola Nacional de Formação de Magistrados (Enfam). Os servidores interessados podem inscrever-se até a próxima sexta-feira (26/6).

O curso visa capacitar e qualificar os servidores com técnicas e práticas específicas para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na Justiça, visando contribuir para evitar a revitimização das crianças e adolescentes.

A juíza Karla Jeane (membro da CIJ), pioneira na implantação do método no estado em 2008, na comarca de Coelho Neto, coordenará o curso de capacitação. A assistente social Jaqueline Brito, especialista no assunto, também fará parte da programação.

A capacitação será voltada para servidores, de preferência lotados em comarcas que já contam com o serviço especializado das salas de depoimento especial. Os magistrados terão direito a indicar até três servidores. O curso será realizado nos dias 09 e 10 de julho, nos períodos matutino e vespertino, e contará com momentos teóricos e práticos por meio da realização de dinâmicas e simulação de situações reais em audiências.

Resolução - No início de junho, 24 magistrados de diversas comarcas foram capacitados na prática do depoimento especial, em evento realizado no Fórum de São Luís. A instalação de salas de depoimento especial cumpre a Resolução 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais.

Fonte: TJMA

Justiça condena ex-prefeito de Formosa da Serra Negra a ressarcir cofres

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve condenação contra o ex-prefeito de Formosa da Serra Negra, Juscelino Martins de Oliveira, para restituir aos cofres públicos o valor de R\$ 430 mil e multa, por ato de improbidade administrativa. A sentença foi do juízo da 1ª Vara da comarca de Grajaú, em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE). O MPE acusou o ex-prefeito de ter cometido atos de improbidade durante o mandato de prefeito, no ano de 1998, ao dispensar indevidamente processo licitatório; permitir a realização de despesas não autorizadas em lei; agir negligentemente na arrecadação de tributo e atentar contra os princípios da administração pública, como honestidade, legalidade, imparcialidade e lealdade às instituições. O ex-prefeito recorreu da sentença, alegando a nulidade do processo administrativo instaurado perante o Tribunal de Contas do Estado (TCE), ante a impossibilidade de exercer seu direito de defesa por vício na citação. Argumentou ainda não existirem provas de desvio ou apropriação de verbas públicas e da existência de dano, ou ainda de que agirá com intenção (dolo) nos fatos contra ele imputados. Em seu voto, o desembargador Vicente Gomes de Castro (relator) entendeu que as provas juntadas pelo MPE comprovaram uma série de despesas em desconformidade com o ordenamento jurídico pátrio e com os princípios que o regem, causando relevantes prejuízos ao município. Segundo relatório do TCE, ocorreram irregularidades em processos de licitação que totalizaram mais de R\$ 430 mil de prejuízo, como fracionamento de despesas para burlar a exigência de licitação na compra de combustível, material escolar, de construção, alimentos, merenda escolar, entre outros.

Inscrições para casamento comunitário estão abertas em Santa Quitéria

Estão abertas as inscrições para a edição do projeto “Casamento Comunitário” na Comarca de Santa Quitéria, que abrange também o município de Milagres do Maranhão. De acordo com o juiz André Martins, titular de São Bernardo e respondendo por Santa Quitéria, todos os atos de registro civil, necessários à realização do casamento, são gratuitos, sendo vedada cobrança de qualquer taxa por parte da serventia extrajudicial (cartório).

Na portaria autorizando a realização do casamento, o magistrado destacou a grande quantidade de pessoas na região que não têm a situação civil regularizada. “Tendo em vista a grande quantidade de pessoas que convivem juntas como se casadas fossem e que querem regularizar a situação civilmente, mas que por hipossuficiência financeiros não podem casar-se. Daí, resolvemos autorizar a realização do projeto aqui na comarca”, disse ele.

As inscrições podem ser feitas no Cartório de Registro de Pessoas Civil em Santa Quitéria e a divulgação está sendo feita através de blogs locais, faixa publicitárias, carro de som e rádio local (tanto em Santa Quitéria quanto em Milagres do Maranhão).

“Estamos contando com diversos parceiros para a realização do evento, a exemplo de empresários quiterienses e milagrenses, Serventia Extrajudicial de Santa Quitéria, Secretaria de Ação Social de Santa Quitéria e também de Milagres, Secretaria de Educação de Milagres, Secretaria de Saúde de Milagres, Núcleo Sindical do Sinproesemma de Santa Quitéria, e sociedade em geral”, ressaltou André Martins.

Os interessados deverão apresentar no ato da inscrição, entre outros documentos (com cópia): certidão de nascimento dos noivos; se divorciados, certidão anterior com averbação do divórcio; se viúvo ou viúva, apresentar certidão de óbito; comprovante de residência.

Ainda de acordo com o juiz, o limite é de 100 primeiros casais inscritos de Santa Quitéria e de Milagres do Maranhão. As inscrições seguem até o dia 2 de julho e a cerimônia está marcada para o dia 17 de julho, no Estádio Rodrigão, em Santa Quitéria.

Comissão da Câmara Federal constata melhorias em Pedrinhas

Os avanços do Sistema Penitenciário do Maranhão foram reconhecidos pelos membros da CPI do Sistema Carcerário da Câmara Federal nos primeiros meses do atual governo. Mesmo com necessidade de avançar no setor de infraestrutura, os parlamentares afirmaram que a administração estadual está conseguindo reverter o quadro caótico em que se encontrava o Complexo de Pedrinhas em 2014 - ano em que a crise atingiu o ponto máximo no principal presídio do Maranhão.

O Termo de Compromisso assinado pelo Governo do Estado junto com Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça na manhã da última segunda (23) também foram tema do diálogo do chefe do Executivo Estadual - que recebeu a comissão em reunião no Palácio dos Leões. Nele, o Governo do Estado se compromete a concluir a reforma e ampliação de quatro presídios no interior e a construção de novas quatro penitenciárias. Os prazos para a conclusão variam entre julho de 2015 e dezembro de 2016.

"Esse acordo é muito importante e pode servir de exemplo para todo o país, porque não pega apenas a questão da infraestrutura, mas também da ressocialização, de avanços para a reintegração dos presos na sociedade," disse o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que compõe a CPI. Já Alberto Fraga (DEM-DF), presidente da CPI, afirmou que, após a visita a Pedrinhas pela manhã, foi possível verificar "uma evolução muito grande em relação ao que se viu no ano passado". Para ele, o acordo com o STF é o caminho acertado para melhorar o Sistema Carcerário no estado e que levará o documento maranhense para o conhecimento dos demais gestores estaduais.

Os deputados relataram ainda que alguns pontos como a coleta de lixo e a infraestrutura precisam de adequações. Para o governador, o Termo assinado com o STF ajudará a resolver este problema, com a ampliação do número de vagas no Sistema Penitenciário maranhense, no total de 1.698 vagas (entre construções de novos presídios e ampliação de prédios já existentes).

Junto aos dois parlamentares, estiveram também Eliziane Gama (PPS-MA), Weverton Rocha (PDT-MA), Laudívio Carvalho (PMDB-MG) e Edmilson Rodrigues (PSOL-PA). A comissão já esteve na Bahia e, depois do Maranhão, seguirá para o Pará. Eles ouviram explicações técnicas também do secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Murilo Andrade.

CPI em visita a Pedrinhas

A Secretaria de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) recebeu, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por deputados federais, que veio ao Maranhão para avaliar a situação presente do sistema carcerário no estado. A inspeção foi acompanhada também por deputados estaduais, e representantes da Defensoria Pública Estadual e do Poder Judiciário, que ajudarão na elaboração de um relatório para ser discutido na Câmara Federal, em Brasília-DF, com o objetivo de aperfeiçoar as leis que tratam da execução penal, em todo o país.

"O objetivo da comissão é fazer um diagnóstico nacional para ter subsídios que possam propor e formular novas leis, e articular recursos para ajudar os estados a enfrentar os problemas no sistema carcerário brasileiro. Hoje, observamos em todas as unidades federativas do país que muito ainda precisa ser feito, a exemplo do Maranhão, no entanto, as mudanças dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas são visíveis, principalmente no que se refere à civilidade dos detentos, o que demonstra todo o empenho do governo Flávio Dino em resolver o problema que se arrasta por décadas", avaliou o deputado federal Weverton Rocha (PDT).

Presidida pelo deputado federal Alberto Fraga (DEM), a CPI do Sistema Carcerário veio composta pelos também deputados federais Laudívio Carvalho (PMDB), Edmilson Rodrigues (PSOL), Eliziane Gama (PPS), e Carmen Zanotto (PPS). Acompanhados dos deputados estaduais Wellington do Curso (PPS), Professor Marcos Aurélio (PCdoB), e Zé Inácio (PT), eles entrevistaram os detentos da Penitenciária de Pedrinhas (PP), da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), e da Casa de Detenção (Cadet), ouviram suas reivindicações e pediram agilidade naqueles processos considerados mais urgentes.

Sobre essa questão, em especial, o juiz da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP) de São Luis, Fernando Mendonça, opinou com a propriedade de quem acompanha há anos os desafios da ressocialização de apenados. "O ambiente carcerário no Maranhão e no país, durante décadas, foi muito mal administrado. A própria administração da Sejap, em gestões anteriores, foi amadora, e em algumas vezes antiprofissional. Somente com a crise de 2013 e 2014 foi que os olhos se voltaram para o nosso estado, com divulgação da violência dentro dos presídios maranhenses", adiantou o titular da 2ª VEP, falando também sobre as mudanças.

Números

A Estrutura do sistema carcerário do Maranhão é composta, hoje, por 13 presídios em São Luís; e outros 20 no interior do estado. Com a parceria entre o Governo do Estado e o Supremo Tribunal Federal (STF), o Maranhão anuncia um acréscimo futuro de cerca de 1.700 vagas, com as reformas e ampliações dos Centros de Detenção Provisória (CDPs) nas cidades de Açailândia, Balsas, e Codó; e a construção de outras unidades nos municípios de Pedreiras, Timon, Pinheiro, Imperatriz e São Luís Gonzaga. Em maio, a população carcerária do Maranhão totalizou 6.146 detentos, 2.796 no interior, e 3.441 na capital.

Somente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas a população carcerária é de 2.943 internos. A Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Paço do Lumiar contabiliza 39 detentos, naquele município da região metropolitana. A unidade carcerária em Pedrinhas com maior número de detentos é a Casa de Detenção (Cadet) com 663 presos. O menor efetivo registrado está no Presídio São Luís III, já que ali estão custodiados apenas 86 apenados, suspeitos de serem líderes de facções criminosas. Segundo o titular da Sejap, com as obras em andamento, o Maranhão terá mais expectativa de cumprir com sua obrigação.

"A assinatura com o STF vai ser de extrema importância. Com o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça juntos teremos muitos avanços no sistema prisional do Maranhão. Temos uma determinação para cumprir essas obras, e reiniciá-las já no início no próximo mês; e concluí-las até o final do ano. Apesar do muito que ainda precisa ser feito, temos um avanço significativo, dentro do sistema, principalmente no que diz respeito à disciplina dos internos", destacou o secretário Murilo Andrade de Oliveira.

Compromisso

Em diferentes prazos já anunciados, essa semana - dos quais o menor é de 60 dias e o maior de 360 dias -, o Governo do Maranhão firma o compromisso de dar continuidade à política de fomento do método das chamadas Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (APACs), exitosa em vários estados brasileiros. Também há compromisso na disponibilização de um plano de ação para manter estruturas administrativas para prestar assistência aos encarcerados, sejam elas nas áreas de saúde, material, jurídica, educacional, social ou religiosa; e inclusão em cursos profissionalizantes para renda própria.

Nelma Sarney afirma que cooperação com STF reforça ações da Justiça criminal no Maranhão

Um termo de cooperação assinado nesta segunda-feira (22) entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski; a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire; e a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney; do qual participa o Ministério da Justiça, consolida as ações voltadas para o sistema de Justiça criminal que vem sendo implementadas no Judiciário maranhense. A assinatura aconteceu na sede do Poder Judiciário do Maranhão e contou com a participação de representantes de diversos órgãos do Sistema de Justiça.

Para Nelma Sarney, o termo consolida o reconhecimento do ministro às ações e fortalece as atividades encampadas pelo Judiciário maranhense durante a crise carcerária de 2013 e 2014, tendo como resultado importantes iniciativas, a exemplo da instalação da Central de Inquéritos e da implantação das audiências de custódia. Ela destacou o apoio dos juízes maranhenses e agradeceu as parcerias realizadas com os órgãos do Sistema de Justiça que garantiram sucesso nas atividades realizadas.

“A assinatura do termo de cooperação reforça um trabalho realizado de forma integrada, ouvindo representantes de instituições parceiras e juízes, operadores do Direito que lidam diariamente com o assunto no desempenho de suas atividades. Vamos continuar no mesmo caminho da cooperação e do diálogo, visando à aperfeiçoar nossas ações para que os resultados continuem acontecendo de forma satisfatória para toda sociedade maranhense”, afirmou a corregedora.

Ricardo Lewandowski manifestou sua satisfação pela cooperação firmada com o Judiciário do Maranhão afirmando que o Estado terá todo apoio necessário do órgão nacional. “O Maranhão é, também, um estado pioneiro na audiência de custódia, projeto que agora será consolidado com apoio do CNJ e do Ministério da Justiça”, disse.

Lewandowski, que também foi agraciado com a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, destacou o grande empenho da magistratura para a manutenção da paz social no Brasil. “Grande parte dessa harmonia que vivemos, em que pese as diferenças de renda e econômicas, reflexo de uma crise mundial, se deve aos 16,5 mil juízes brasileiros, que de norte a sul, leste oeste, estão resolvendo os problemas da sociedade brasileira”, reconheceu.

Fazendo uma análise da conjuntura social contemporânea, o ministro chamou atenção para dois fenômenos sociais que precisam ser combatidos: a cultura do encarceramento e o excesso de litigiosidade. Em relação ao primeiro, ele disse que há um posicionamento por parte da própria sociedade para que pessoas sejam levadas ao cárcere, fazendo com que o Brasil alcance a marca de 600 mil encarcerados, 40% deles provisórios. Para ele, esse movimento “enraíza uma sociedade pautada no consumismo, em que valores mais elevados são, muitas vezes, deixados de lado”, avaliou.

No tocante ao segundo fenômeno, o Lewandowski afirmou que a litigiosidade precisa ser enfrentada por toda a sociedade. Ele informou que o Judiciário brasileiro já possui cerca de 100 milhões de processos, um número que cresce a uma taxa média anual acima de 3%, de acordo com o Relatório Justiça em Números do CNJ. Para esse problema ele defende a busca de medidas alternativas para solução de conflitos como um processo civilizatório, com destaque para a mediação, a conciliação e a arbitragem.

A desembargadora Cleonice Freire enfatizou que a audiência de custódia, instituída pela Corregedoria da Justiça, virou tema prioritário no Judiciário maranhense, e que está ganhando forças com diversas ações, a exemplo de um curso promovido pela Escola judicial do Maranhão, sob à direção do desembargador Jamil Gedeon. Implantado em 2014, o projeto é resultado de sucessivos debates envolvendo representantes da Corregedoria da Justiça, Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, Ministério Público, Defensoria Pública, secretarias de Administração Penitenciária e de Segurança, além das forças policiais.

O projeto - A audiência de custódia constitui em uma fase do processo criminal em que toda pessoa presa em flagrante deve ser conduzida à presença de um juiz para que seja ouvida, conforme prevê o Pacto de São José da Costa Rica, em seu artigo 7º. No caso do Maranhão, essa audiência ocorre em até 48 horas após a prisão. Ao conversar com o preso e avaliar a situação, o juiz tem mais elementos para decidir se decreta a prisão ou concede a liberdade provisória. Nos dois casos o processo continua a tramitar normalmente.

O projeto conta com o apoio dos órgãos do Sistema de Justiça. Além da Secretaria de Administração Penitenciária, o Executivo atua com o suporte da Secretaria de Segurança e das forças policiais. Três juízes, dois promotores e um defensor público atuam junto à unidade na realização das audiências e demais procedimentos. O trabalho executado tem o acompanhamento e o suporte da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, que é coordenada pelo desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho.

Números - desde que foi implantado, em 2014, o projeto de audiência de custódia já alcançou números expressivos. Do início do projeto até maio deste ano, foram realizadas na Central de Inquiridos 461 audiências. Desse total, 181 foram convertidas em prisão preventiva e 201 resultaram na liberdade provisória, sendo 87 delas com uso do monitoramento eletrônico.

Percebe-se que com a proposta o Maranhão está invertendo a lógica do encarceramento combatida pelo Conselho Nacional de Justiça. Isso porque a medida tem impactado de forma positiva na qualificação dos presos que são encaminhados ao sistema prisional. Com a triagem que é feita, é possível estabelecer medidas diversas do cárcere, devendo a prisão ser aplicada em crimes mais graves. Essa medida contribui para a diminuição de presos provisórios e garante melhor gerenciamento do sistema prisional pelos seus gestores.

Impulso - Com a publicação do Provimento 22/2015 da Corregedoria da Justiça do Maranhão, datado da última sexta-feira (19), o número de audiências de custódia deverá aumentar. Isso porque o ato normativo vincula o plantão criminal no Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís à Central de Inquiridos, unidade responsável pela realização da referida audiência.

As prisões do plantão, que ocorrem fora do expediente forense, geralmente não eram contempladas pelas audiências de custódia, pois não havia previsão legal para que as mesmas fossem realizadas nesse período. Assim, somente as prisões que ocorriam das 08h às 18h em dias úteis eram encaminhadas para Central, excluindo-se o horário do plantão. Com a mudança, todas as prisões em flagrante passam a ser analisadas seguindo o mesmo rito adotado na unidade.